

Reputação ilibada



Heródoto Barbeiro (*)

Ou por cursar Direito ou pela difusão na mídia, a maioria da população sabe que ministro do Supremo Tribunal Federal deve ter reputação ilibada.

Profundo conhecimento jurídico. A mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta, dizem os críticos da magistratura. Assim, um ministro não pode se envolver em escândalos de qualquer natureza e virar manchete nos veículos de comunicação. Todos eles sabem disso e fogem dos jornalistas como um vampiro de uma réstia de alho.

Porém, há situações em que a exposição na mídia é inevitável, especialmente quando envolvem fatos passados de sua biografia, coisa que já esqueceu, mas que, por qualquer motivo, fútil ou não, voltam ao noticiário. Tornam-se estrelas dos jornais na televisão, no rádio, e em outras plataformas. Os vazamentos de fatos são inevitáveis, especialmente se um processo em curso no Tribunal envolve a participação de muitos atores. É inevitável.

As versões, muitas vezes, são mais fortes do que os fatos. E há várias sobre o mesmo acontecimento. Com isso formam-se correntes de opinião pública com grupos antagonísticos que debatem no calor da emoção. O radicalismo pode atingir a conduta pessoal do ministro e não suas decisões no Tribunal. Um deles está em dúvida se deve ou não pôr em risco sua carreira no mais alto posto do Poder Judiciário e se envolver no julgamento de um escritor acusado de propagar pornografia. Trocar a toga por um livro repudiado pelos setores mais conservadores da sociedade. Nunca na história

do Judiciário as portas de um Tribunal ficaram tão escancaradas como atualmente. O povo não sabe de cor o nome dos jogadores da seleção nacional de futebol, mas sabe detalhes das argumentações e lances da vida íntima do promotor e do advogado de defesa.

O julgamento que busca punir o autor de um livro, considerado por uns como pornográfico e por outros uma obra de arte, enche as salas e corredores do tribunal. Câmaras de vídeo são proibidas no plenário do julgamento, com o que dezenas de jornalistas se atulham em uma pequena sala do prédio.

A acusação tem provas robustas contra o autor, que a defesa garante que já morreu e que o que está sendo julgado não é o livro, é a liberdade de expressão garantida pela Constituição do país. A impressão geral, na medida em que o julgamento avança, é que a causa está perdida e os ultraconservadores vão poder comemorar. E confirmar que uma obra pornográfica é capaz de incitar jovens à violência, inclusive ao estupro. No último instante, o senador concorda em depor. Ele é cotado para a Suprema Corte.

O senador Bainbridge confessa que é o verdadeiro autor do livro Os Sete Minutos, sob o pseudônimo de J J Jadway e convence os jurados a considerar o livro uma obra de arte. Vitória da primeira emenda. Bainbridge liga para o presidente da República e pede para não mais indicar o seu nome para o Supremo Tribunal Federal.*

* Baseado no livro de Irwing Wallace, Os Sete Minutos, publicado pela Nova Fronteira.

(*) - É professor e jornalista, âncora do Jornal Novabrazil, colunista do R7, do Podcast. Mestre em História pela USP e inscrito na OAB. Palestras e mídia training. Canal no Youtube (www.herodoto.com.br).

Irã ameaça Big Techs

A Guarda Revolucionária (IRGC, na sigla em inglês) é a organização armada mais poderosa do Irã e um dos principais pilares de sustentação do regime dos aiatolás. A instituição está subordinada diretamente ao líder supremo daquele país.

Vivaldo José Breternitz (*)

A IRGC anunciou que pretende atacar operações de grandes empresas de tecnologia norte-americanas no Oriente Médio, abrindo uma nova frente na guerra que vem sendo travada na região.

As ameaças a nomes como Apple, Google, Microsoft, Meta, NVIDIA e Tesla, o Irã sinaliza que vê o setor tecnológico como parte estratégica da infraestrutura de poder dos Estados Unidos, e, portanto, como alvo legítimo na guerra ora em andamento.

A ameaça vai além: funcionários dessas empresas foram instruídos pela IRGC a abandonar imediatamente seus postos; moradores próximos às instalações das mesmas receberam orientação semelhante.

O comunicado da IRGC associa empresas de tecnologia da informação e inteligência artificial ao processo de planejamento e execução dos ataques que vem sendo feitos ao Irã, justificando a ofensiva como resposta às mortes de líderes iranianos.

Esse posicionamento é típico da guerra híbrida, um tipo de conflito não convencional que combina estratégias militares tradicionais com ações cibernéticas, informacionais, econômicas e políticas, tornando-se uma forma de guerra usada para desestabilizar adversários sem necessariamente recorrer a batalhas convencionais.

Assim, os ataques cibernéticos e de drones contra centros de dados, como os que atingiram a Amazon no Bahrein e nos Emirados Árabes Unidos, se tornam instrumentos de pressão política e militar. O impacto econômico é imediato: interrupções em serviços críticos como a Amazon Web Services afetam não apenas governos e empresas, mas também milhões de usuários na região.

A escalada sugere que o Irã busca fragilizar a presença tecnológica dos EUA e de seus aliados no Oriente Médio, transformando companhias privadas em peças centrais no tabuleiro geopolítico.



Para analistas, o recado é claro: a infraestrutura digital global, antes vista como neutra, está cada vez mais exposta às disputas de poder entre Estados.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjntz@gmail.com.

Certificação ITIL passa a ser critério de escolha de service desk no Brasil

O mercado brasileiro de service desk atravessa um ponto de inflexão. Se até poucos anos atrás afirmar que uma ferramenta era “aderente à ITIL” bastava para compor um discurso comercial consistente, hoje a exigência é outra: comprovação formal. Editais públicos recentes passaram a incluir certificações de ferramenta como requisito técnico, estabelecendo quantitativos mínimos de processos avaliados e exigindo evidência verificável. Em paralelo, a própria maturidade das áreas de TI elevou o padrão de comparação entre fornecedores. O que antes era diferencial competitivo tornou-se filtro de entrada.



Felipe Requião

Esse movimento ocorre em um contexto de consolidação da ITIL como linguagem comum da governança de serviços. A pesquisa IT Service Management 2023, desenvolvida pela OTRS Group, indicou que 65% das empresas brasileiras já utilizavam ITIL como base de seus processos de ITSM, e cerca de 30% planeja ampliar essa adoção no curto prazo. A consequência direta é a padronização das expectativas: se a maioria opera sob o mesmo referencial, o software precisa ser compatível de forma objetiva, não apenas declaratória.

Da conformidade à execução: o novo padrão competitivo

Esse novo padrão altera profundamente a dinâmica competitiva. Quando ITIL vira requisito mínimo, o debate desloca-se para execução. A comparação entre fornecedores passa a considerar profundidade de integração, maturidade da CMDB, consistência dos workflows, capacidade de automação, aderência a SLAs, rastreabilidade de mudanças e qualidade dos relatórios gerenciais. Em outras palavras, a discussão sobe de nível.

A evolução da própria ITIL reforça essa mudança. A versão 4, lançada em 2019,

ampliou o foco de processos isolados para práticas integradas e criação de valor. O Service Value System exige visão sistêmica, integração com DevOps, automação, governança de dados e alinhamento com objetivos estratégicos. Assim, uma ferramenta de service desk que se limite ao registro de chamados já não atende às expectativas de organizações que operam em ambientes digitais complexos.

Para fornecedores nacionais, isso representa tanto pressão quanto oportunidade. Pressão porque a ausência de certificação formal pode antecipar exclusões em processos seletivos mais rigorosos. Oportunidade porque a maturidade do comprador também valoriza proximidade, flexibilidade e entendimento do contexto local — desde que a base metodológica esteja bem estabelecida.

Essa transição também afeta a forma como as áreas de TI estruturam seus times. Editais e contratos passaram a exigir profissionais certificados, especialmente para funções de coordenação e supervisão de serviços. A combinação ferramenta certificada e equipe qualificada cria um duplo critério de maturidade. A governan-

ça deixa de depender exclusivamente da tecnologia e passa a refletir competência organizacional.

Há ainda um aspecto menos visível, mas igualmente relevante: a certificação funciona como instrumento de mitigação de risco contratual. Em disputas administrativas e recursos de licitação, a presença ou ausência de certificação formal tem sido utilizada como argumento técnico. Isso reforça o papel da evidência documental na sustentação jurídica das contratações.

O resultado desse conjunto de fatores é a redefinição do que significa “estar alinhado à ITIL” no Brasil. Não se trata apenas de adotar terminologia ou desenhar processos com base no framework. Trata-se de demonstrar, com documentação e validação externa, que a ferramenta sustenta práticas consolidadas e que a operação consegue executá-las com consistência.

Para o comprador, o ganho é previsibilidade. A certificação de ferramenta oferece um ponto de partida verificável. Para o fornecedor, o desafio é equilibrar conformidade e diferenciação. Conformidade garante acesso ao processo. Diferenciação decide a escolha.

O mercado brasileiro de service desk amadureceu. A fase em que bastava afirmar aderência ficou para trás. Agora, a régua é técnica, documentada e comparável. ITIL deixou de ser troféu para tornar-se piso. E, sobre esse piso, a disputa passa a ser por eficiência operacional, capacidade de integração e geração de valor mensurável. Esse é o novo critério de escolha.

(Fonte: Luciano Costa, cofundador da Setrion e da Milldesk Help Desk Software).

News@TI

Debate sobre educação conectada, IA e protagonismo feminino na tecnologia

A Huawei Brasil realizou esta semana, em Brasília, o Education & Women in Tech Forum, evento que reuniu autoridades do governo federal, reguladores, representantes do setor produtivo, academia e estudantes para discutir os próximos passos da educação conectada no país, a formação de talentos em tecnologias da informação e comunicação (TICs), a preparação para a era da inteligência artificial e a ampliação da presença feminina no ecossistema de tecnologia. Os convidados foram recebidos por Yi Xiang, diretor do Conselho da Huawei Brasil, e Fred Xu, presidente de Relações Institucionais da companhia. Ao longo da programação, o fórum reforçou a importância da articulação entre poder público, universidades e iniciativa privada para enfrentar dois desafios centrais ao desenvolvimento digital do Brasil: a qualificação de mão de obra para a nova economia e a construção de um ambiente mais inclusivo, com mais mulheres participando das decisões, da formulação de políticas e da liderança tecnológica (https://www.huawei.com/br/).

Poli Digital acelera expansão na América Latina com API oficial da Meta

A Poli Digital anunciou a ampliação de sua presença na América Latina e projeta dobrar o faturamento ainda neste ano na região. Especializada em automação e gestão de conversas por meio da API oficial do WhatsApp, a Poli Digital já atende, além do Brasil, clientes no México, Argentina e Colômbia, mercados definidos a partir de critérios como escala, maturidade digital e aderência ao modelo conversacional. A escolha pela expansão se apoiou em fundamentos estruturais de mercado e escala digital. O WhatsApp reúne mais de 2 bilhões de usuários ativos no mundo, segundo dados públicos da Meta, e tem na América Latina uma de suas regiões mais estratégicas e engajadas (https://poli.digital/).

Empresas & Negócios José Hamilton Mancuso (1936/2017)

Laurinda Machado Lobato (1941-2021)

Responsável: Lilian Mancuso

Editórias
Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioph.com.br);
Comercial: comercial@netjen.com.br
Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Webmaster/TI: Fabio Nader; Edição Eletrônica: Ricardo Souza.
Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço Informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080
Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)
Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90
JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003)
Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródotto Barbeiro.

ISSN 2595-8410